Justiça Verde: Desafios Jurídicos da Reciclagem e da Inclusão Socioambiental

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Isabella Vitor Da Silva
Luciana Calado Pena
Renata Apolinário De Castro Lima

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

ANHANGUERA- UNIDADE DE ANTÔNIO CARLOS

Introdução

O aumento gradativo da produção de resíduos sólidos no Brasil configura um dos principais desafios atuais, especialmente diante dos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado. A Política Nacional de Resíduos Sólidos institui princípios e diretrizes que promovem a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, destacando o papel fundamental dos catadores de materiais recicláveis. Este estudo visa analisar os principais aspectos jurídicos e sociais relacionados, destacando avanços, desafios na implementação e impactos práticos no contexto da reciclagem, inclusão socioambiental e sustentabilidade urbana.

Objetivo

Analisar a aplicação de diretrizes legais para a gestão integrada dos resíduos no Brasil, com foco na responsabilidade compartilhada, logística reversa e incentivos fiscais para a reciclagem, avaliando seus impactos na inclusão social e na sustentabilidade urbana.

Material e Métodos

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base na análise da Lei nº 12.305/2010, de documentos legais, artigos científicos, relatórios técnicos e estudos de caso sobre resíduos sólidos e reciclagem no Brasil. A metodologia envolve revisão bibliográfica e documental de políticas públicas voltadas à gestão ambientalmente adequada dos resíduos, à logística reversa e à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Também são examinados mecanismos de incentivo fiscal voltados a projetos de reciclagem que envolvem cooperativas e organizações da sociedade civil. O estudo busca identificar entraves operacionais e propor caminhos para fortalecer a execução das políticas ambientais e sociais previstas em lei.

Resultados e Discussão

A pesquisa mostrou que, mesmo com a Lei nº 12.305/2010, que exige Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (artigo 19) e logística reversa em setores como eletrônicos e embalagens (artigo 33), a implementação nos municípios ainda é limitada. Apenas cerca de 30% das prefeituras possuem planos atualizados. Além disso, a

logística reversa muitas vezes depende de termos de compromisso que não são bem fiscalizados, o que dificulta cobrar responsabilidade dos geradores. A Lei nº 14.260/2021, que oferece deduções no imposto de renda para quem investe em reciclagem (artigo 3º), também tem pouco impacto, pois cooperativas enfrentam dificuldades contábeis e jurídicas. Essa diferença entre o que as leis dizem e o que realmente acontece mostra a necessidade de revisar os incentivos e os mecanismos de fiscalização. Esses obstáculos deixam claro que é urgente criar políticas públicas, envolvendo diferentes níveis de governo, para fortalecer uma gestão mais sustentável dos resíduos.

Conclusão

O estudo revelou que, apesar das diretrizes legais para a gestão de resíduos e incentivo à reciclagem, ainda há dificuldades na aplicação prática, especialmente nos municípios. Falta estrutura, fiscalização e acesso a incentivos fiscais por parte das cooperativas. Conclui-se que é preciso maior articulação entre os setores e ajustes normativos para efetivar a sustentabilidade e a inclusão social.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021. Institui a Lei de Incentivo à Reciclagem. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14260.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Guia de atuação ministerial: encerramento dos lixões e a inclusão social e produtiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis. Brasília, DF: CNMP, 2014. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/CMA/residuos/50_Cartilha-Catadores.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.